

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 485/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominado o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos dos artigos 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011; e 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012:

SERVIDOR	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Otávio Laurindo da Silva Neto	5º	14.1.2024

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 393/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Elisman da Costa Vargas por meio da Portaria nº e-1450/2022-PGJ, de 11.11.2022, com redação dada pela Portaria nº 6015/2023-PGJ, de 8.11.2023, que seriam usufruídas de 18 a 27.1.2024, a serem usufruídas de 29.10 a 7.11.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 394/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Vanessa Rosa Machado Bigolin por meio da Portaria nº 4136/2023-PGJ, de 28.7.2023, que seriam usufruídas de 17 a 26.1.2024, a serem usufruídas de 1º a 10.10.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 395/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Rafael Ademar Lemos de Moura por meio da Portaria nº e-1574/2022-PGJ, de 1º.12.2022, com redação dada pela Portaria nº e-172/2023-PGJ, de 9.2.2023, que seriam usufruídas de 15 a 24.2.2024, a serem usufruídas de 15 a 24.3.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 396/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 15.1.2024, as férias do servidor Lucas Fernandes Nogueira Brandolis concedidas por meio da Portaria nº e-913/2023-PGJ, de 2.8.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 25 a 27.3.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 397/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 10.1.2024, as férias do servidor Flavio Lopes concedidas por meio da Portaria nº e-1374/2023-PGJ, de 31.10.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas de 1º a 8.7.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 398/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Mirtes Amin Fonseca Bernardes por meio da Portaria nº e-1172/2023-PGJ, de 17.10.2023, de forma que, onde consta: “de 22 a 31.1.2024”, passe a constar: “de 31.1 a 9.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 399/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio por meio da Portaria nº e-1460/2022-PGJ, de 11.11.2022, com redação dada pela Portaria nº 6095/2023-PGJ, de 13.11.2023, que seriam usufruídas de 15 a 24.2.2024, a serem usufruídas de 24.1 a 2.2.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 410/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Luís Augusto Degani de Oliveira Rodrigues por meio da Portaria nº e-1134/2023-PGJ, de 5.10.2023, de forma que, onde consta: “de 18 a 27.3.2024”, passe a constar: “de 1º a 10.4.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 416/2024-PGJ, DE 5.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Pedro do Carmo Sandim Junior por meio da Portaria nº e-1659/2023-PGJ, de 11.12.2023, de forma que, onde consta: “de 31.1 a 9.2.2024”, passe a constar: “de 27.8 a 5.9.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 417/2024-PGJ, DE 5.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Luana Frazão Amarante Messias Torres por meio da Portaria nº e-360/2023-PGJ, de 10.4.2023, com redação dada pela Portaria nº e-1516/2023-PGJ, de 20.11.2023, de forma que, onde consta: “de 31.1 a 9.2.2024”, passe a constar: “de 15 a 24.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 418/2024-PGJ, DE 5.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Manoel Rodrigues dos Santos Neto por meio da Portaria nº e-1690/2023-PGJ, de 18.12.2023, de forma que, onde consta: “de 19.2 a 19.3.2024”, passe a constar: “de 15.1 a 13.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 419/2024-PGJ, DE 5.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1523/2023-PGJ, de 20.11.2023, na parte que concedeu ao servidor Fernando Resstel Corrêa Junior a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, de forma que, onde consta: “de 18 a 27.1.2024”, passe a constar: “de 22 a 31.1.2024”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 420/2024-PGJ, DE 5.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Catarina Costa da Silva por meio da Portaria nº e-124/2023-PGJ, de 31.1.2023, com redação dada pela Portaria nº e-995/2023-PGJ, de 25.8.2023, de forma que, onde consta: “de 5 a 14.2.2024”, passe a constar: “de 1º a 10.4.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 421/2024-PGJ, DE 5.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Fernanda Meira Guerra Birolini por meio da Portaria nº e-133/2023-PGJ, de 1º.2.2023, de forma que, onde consta: “de 22 a 31.1.2024”, passe a constar: “de 3 a 12.6.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 422/2024-PGJ, DE 5.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Paulo Henrique Moraes Grande por meio da Portaria nº e-921/2023-PGJ, de 2.8.2023, com redação dada pela Portaria nº 19/2024-PGJ, de 8.1.2024, de forma que, onde consta: “de 1º a 30.3.2024”, passe a constar: “de 1º a 30.4.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-142/2024/PGJ, DE 6.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Jeronima Alcantara de Mattos Silva, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29 a 30.1.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-143/2024/PGJ, DE 6.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Danielle Yukari Kato Colman, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, no período de 16.1 a 14.5.2024, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 58, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 11, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.647, de 13 de abril de 1993, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos Federais nº 3.668, de 22 de novembro de 2000, e nº 4.682, de 21 de outubro de 2003, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 15.5 a 13.7.2024 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-144/2024/PGJ, DE 6.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 18 e 19.12.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 007/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000877-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bataguassu - Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Bataguassu no exercício do poder de polícia administrativo com relação ao atendimento às normas gerais e locais e aos critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como a adequação estrutural dos prédios públicos utilizados pelo ente municipal para prestação de serviços públicos. **2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002610-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Câmara Municipal de Ponta Porã - Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de diárias de membros da Câmara Municipal de Ponta Porã/MS. **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003516-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: José Firmino de Souza, José Lopes Farinhas, Osvaldo Firmino de Souza, Rosa Dias Lopes e Rosamim Lenin de Souza - Assunto: Verificar a regularização da reserva legal em campo e junto ao CRI, bem como a existência e o efetivo cumprimento de plano de recuperação. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003633-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: 4ª Cia/Batalhão de Polícia Militar Ambiental/CPE - Requerido: Marco Antonio Rondon de Oliveira Filho - Assunto: Apurar o desmatamento irregular de, aproximadamente, 39 hectares na Fazenda Rio Formoso. **5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000209-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Comercial de Aquidauana - Assunto: Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca de possível dano ambiental em área de preservação permanente na "Colônia de Férias", de propriedade da Associação Comercial de Aquidauana. **6) Inquérito Civil nº 06.2019.00001316-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Ana Cristina Pereira da Silva - Assunto: Apurar desmatamento de várias áreas que somadas perfazem 208,59 ha de vegetação nativa, ocorrido em propriedade rural pertencente à Ana Cristina Pereira da Silva, localizada no município de Aquidauana/MS. **7) Inquérito Civil nº 06.2019.00001546-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Adam Illich, Liemi Consultoria LTDA, Lineu Gracia e Érika Hildegard Duch Illich - Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento em área de vegetação nativa, eventualmente ilegal, ocorrida na propriedade denominada "Fazenda Pioneira" localizada no município de Chapadão do Sul. **8) Inquérito Civil nº 06.2019.00001575-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: João Alfredo Danieze - Requeridos: Marcelo Leite Moraes, Marcelo Leite de Moraes e Paulo Cesar Lima Silveira - Assunto: Apurar eventual ocorrência de atos de improbidade administrativa decorrentes da contratação da empresa M L de MORAES pelo Município de Ribas do Rio Pardo. **9) Inquérito Civil nº 06.2020.00000532-5** - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Secretaria de Estado de Saúde e Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Assunto: Acompanhamento do Plano de Ação Emergencial do HRMS. **10) Inquérito Civil nº 06.2021.00000910-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: GAECO - Requeridos: Câmara Municipal de Ponta Porã, Paulo Cezar Custódio, Previporã - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã- MS e Rainer Fidelis Pedrozo - Assunto: Apurar se Paulo Cézar Custódio contratou com a Câmara de Vereadores de Ponta Porã enquanto servidor público municipal de Ponta Porã e se Rainer Fidelis Pedrozo, enquanto servidor da Câmara Municipal de Ponta Porã, celebrou contrato com a Previporã. **11) Inquérito Civil nº 06.2021.00001076-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Flavio Junior Borges, Mutum Reflorestadora LTDA - Assunto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental decorrente do funcionamento da atividade de carvoejamento vegetal sem licença do órgão competente ocorrido na Fazenda Cabeceira Funda. **12) Inquérito Civil nº 06.2021.00001225-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Agnaldo Sabino - Assunto: Apurar a situação ambiental do lote nº 597 do Assentamento Teijin, após exploração vegetal nativa e incêndio ocorrido em 13/08/2021. **13) Inquérito Civil nº 06.2022.00000080-5** - 5ª Promotoria do Patrimônio Público e Social da comarca de Justiça de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Corumbá - Assunto: Apurar irregularidade na contratação e execução dos serviços no Processo Licitatório que ensejou a celebração do Contratos Administrativo nº 009/2016 (Pregão Presencial nº 073/2016-SEGESP, Processo nº 21.469/2016), decorrente do desmembramento do IC nº 06.2017.00002401-4. **14) Inquérito Civil nº 06.2022.00000836-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Mundo Novo - Requerido: Rosaldo Pinheiro Gangussú - Assunto: Reunir elementos para a responsabilização civil do autor dos fatos descritos no Auto de Infração



IMASUL n. 3706. **15) Inquérito Civil nº 06.2022.00001216-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Leogevildo de Melo - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Leogevildo de Melo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **16) Inquérito Civil nº 06.2022.00001223-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Major Aviador Y-Juca Pirama de Almeida - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Major Aviador Y-Juca Pirama de Almeida visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **17) Inquérito Civil nº 06.2022.00001225-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Carlos Vilhalva Cristaldo - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Carlos Vilhalva Cristaldo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **18) Inquérito Civil nº 06.2022.00001227-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Coronel Sebastião Lima - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Coronel Sebastião Lima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **19) Inquérito Civil nº 06.2022.00001226-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Nazira Anache - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Nazira Anache visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **20) Inquérito Civil nº 06.2022.00001228-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Darthesy Novaes Caminha - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Darthesy Novaes Caminha visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **21) Inquérito Civil nº 06.2022.00001230-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Desembargador Carlos Garcia de Queiroz - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Desembargador Carlos Garcia de Queiroz visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **22) Inquérito Civil nº 06.2022.00001232-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Domingos Gonçalves Gomes - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Domingos Gonçalves Gomes visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **23) Inquérito Civil nº 06.2022.00001233-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Doutor Eduardo Olimpio Machado - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Doutor Eduardo Olimpio Machado visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **24) Inquérito Civil nº 06.2022.00001235-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Elisio Ramires Vieira - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Elizio Ramires Vieira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **25) Inquérito Civil nº 06.2022.00001236-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Celina Martins Jallad - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Celina Martins Jallad visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **26) Inquérito Civil nº 06.2022.00001237-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Oito de Dezembro - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Oito de Dezembro visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **27) Inquérito Civil nº 06.2022.00001241-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professora Brigida Ferraz Foss - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede





Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Brigida Ferraz Foss visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **28) Inquérito Civil nº 06.2022.00001251-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Osvaldo Cruz - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Osvaldo Cruz visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **29) Inquérito Civil nº 06.2022.00001255-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professora Ione Catarina Gianotti Igydio - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Ione Catarina Gianotti Igydio visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **30) Inquérito Civil nº 06.2022.00001256-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professora Iracema de Souza Mendonça - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Iracema de Souza Mendonça visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **31) Inquérito Civil nº 06.2022.00001257-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Padre José Valentim - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Padre José Valentim visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **32) Inquérito Civil nº 06.2022.00001261-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professora Oliva Enciso - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Oliva Enciso visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **33) Inquérito Civil nº 06.2022.00001264-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal de Educação Infantil Alberto Guilherme Batistoti - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal de Educação Infantil Alberto Guilherme Batistoti visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **34) Inquérito Civil nº 06.2022.00001266-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola MUNICIPAL PROF. MANOEL INACIO DE SOUZA - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Prefeito Manoel inacio de Souza visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **35) Inquérito Civil nº 06.2022.00001265-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Frederico Soares - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Frederico Soares visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **36) Inquérito Civil nº 06.2022.00001268-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor Aldo de Queiroz - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Aldo de Queiroz visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **37) Inquérito Civil nº 06.2022.00001270-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor Antonio Lopes Lins - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Antônio Lopes Lins visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **38) Inquérito Civil nº 06.2022.00001271-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **39) Inquérito Civil nº 06.2022.00001272-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor Arassuay Gomes de Castro - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Arassuay Gomes de Castro visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **40) Inquérito Civil nº 06.2022.00001280-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude



da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Irmã Irma Zorzi - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Irmã Irma Zorzi visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **41) Inquérito Civil nº 06.2022.00001282-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Isauro Bento Nogueira - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Isauro Bento Nogueira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **42) Inquérito Civil nº 06.2022.00001287-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal José do Patrocínio - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal José do Patrocínio visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **43) Inquérito Civil nº 06.2022.00001288-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professor Plinio Menes dos Santos - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professor Plinio Mendes dos Santos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **44) Inquérito Civil nº 06.2022.00001292-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Senador Rachid Saldanha Derzi - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Senador Rachid Saldanha Derzi visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **45) Inquérito Civil nº 06.2022.00001293-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira Tumune Kalivono - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira Tumuni Kalivono visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **46) Inquérito Civil nº 06.2022.00001335-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Advogado Demosthenes Martins - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Advogado Demosthenes Martins visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **47) Inquérito Civil nº 06.2022.00001337-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professora Aglair Maria Alves - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Aglair Maria Alves visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **48) Inquérito Civil nº 06.2022.00001343-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: EMEI Botafogo - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Botafogo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **49) Inquérito Civil nº 06.2022.00001345-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: EMEI Carlos Nei da Silva - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Carlos Nei da Silva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **50) Inquérito Civil nº 06.2022.00001346-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: EMEI Cláudio Marcos Mancini - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Cláudio Marcos Mancini visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **51) Inquérito Civil nº 06.2022.00001347-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: EMEI Cleomar Baptista dos Santos - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Cleomar Baptista dos Santos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **52) Inquérito Civil nº 06.2022.00001348-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: EMEI Conjunto União - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Conjunto União visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **53) Inquérito Civil nº 06.2022.00001349-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo



Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: EMEI Cordeirinho de Jesus - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Cordeirinho de Jesus visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **54) Inquérito Civil nº 06.2022.00001352-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Consulesa Margarida Maksoud Trad - EXTENSÃO IV - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Consulesa Margarida Maksoud Trad - Extensão IV visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **55) Inquérito Civil nº 06.2022.00001354-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Dr. Tertuliano Meirelles - EXTENSÃO V - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Dr. Tertuliano Meirelles - Extensão V visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **56) Inquérito Civil nº 06.2022.00001417-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: EMEI Professor Valdomiro Alves Gonçalves - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professor Valdomiro Alves Gonçalves (Antigo CEINF Aero Rancho II) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **57) Inquérito Civil nº 06.2023.00000134-1** - 1ª Promotoria de Justiça de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Agropecuária Coelho Maymone LTDA, Alexandre Coelho Maymone e Luciana Coelho Maymone Gonçalves - Assunto: Apurar a supressão de 46,66 hectares em área de preservação permanente e remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Estância Lúcia (Lote nº08 - A), em Aquidauana/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 11/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **58) Inquérito Civil nº 06.2023.00000432-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sidney Aparecido Bomba - Assunto: Apurar eventual exploração de vegetação nativa, sem a autorização ambiental, fato ocorrido na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada neste Município. **59) Inquérito Civil nº 06.2023.00000486-0** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cesar Rodrigues dos Santos Varanis - Assunto: Apurar irregularidade na nomeação de César Rodrigues dos Santos Varanis para cargo em provimento em comissão na Câmara Municipal de Corumbá. **60) Inquérito Civil nº 06.2023.00000951-1** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Notícia uso indevido da "máquina pública municipal" em Corumbá/MS, uma vez que, supostamente, servidores públicos municipais de Corumbá/MS, em conluio com empresa contratada pela municipalidade, beneficiaram Gláucia Iunes, candidata a deputada Estadual pelo Estado de Mato Grosso do Sul, nas eleições de 2022.

Campo Grande, 6 de fevereiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

#### AVISO Nº 008/2024/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguintes **Notícia de Fato**:

##### 1) Notícia de Fato nº 01.2023.00009974-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Idevaldo Garcia Leal Junior

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhar a denúncia apresentada por Idevaldo Garcia Leal Junior, no que tange ao corte da principal raiz de árvore centenária, espécie nativa de Mata Atlântica, localizada em Área de Preservação Permanente pertencente à União, no Rancho Itapuã, vindo esta a morrer após 05 anos do corte.

Campo Grande, 6 de fevereiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



## COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO DE LICITAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DO PREGÃO 09/PGJ/2023 - ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 09.2023.00001917-5

UASG - 453860



O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (e alterações).

**Modalidade:** Pregão nº 09/PGJ/2023 - Eletrônico (Processo nº 09.2023.00001917-5)

**Objeto:** Contratação de serviços técnicos especializados de comunicação de dados redundantes nas modalidades terrestres de intranet e de internet, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos.

**-Abertura das propostas:** dia 29 de fevereiro de 2024, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/)

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

**Retirada do Edital:** a partir de 07 de fevereiro de 2024, por meio dos sites eletrônicos [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 13h00min às 17h59min (horário oficial de Brasília).

**Designação da Pregoeira, da Equipe de Apoio, da Gestão Contratual e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 29/12/2023:**

- Pregoeira: Josiane Sanches de Mamann Zillo;
- Equipe de Apoio: Luiz Fernando Koyanagi e Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente da Pregoeira: Hermes Alencar de Lima
- Suplentes da Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Emerval Carmona Gomes;
- Gestor: Caio Ferreira Campos (titular) e Fabiano Alves Davy (suplente);
- Fiscal Administrativo: Kelly Cristina Mengual Vieira (titular) e Elvys Tomas Bernal;
- Fiscal Técnico: Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos (titular) e Jorge Antonio Arantes Vilela (suplente).

Campo Grande, 06 de fevereiro de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010519-0

Notificada: CH3 Comércio e Negócios Ltda

CH3 COMÉRCIO E NEGÓCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 43.684.445/0001-40, sediada na Rua Macaúba lotes 15 E, nº 17, no Bairro Sul (Água Claras), CEP: 71.928-180, na cidade de Brasília/DF, representada neste ato por Gabriel Ruan Ferrão Chaves, portador do CPF nº 012.xxx.xxx-47, fica notificada da aplicação da sanção de multa por inexecução total do objeto, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do empenho, com fulcro no item 9.1.4. da Cláusula Nona da ARP nº 58/PGJ/2022. A multa corresponde ao valor total de R\$ 1.144,50 (um mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos). A empresa poderá recorrer da decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE**

Nº MP 08.2020.00164365-2

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a Neuza Pereira Sales, familiar da vítima, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0030003-27.2020.8.12.0001, em que consta como vítima Igor Pereira Sales, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 05 de fevereiro de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0011/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00011242-8 em que constam como investigado Geovane Da Rocha Magalhaese vítima Joice Arguelho De Magalhaes conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 06 de fevereiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0012/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00004068-2 em que constam como investigado Matheus Dos Santos Santanae vítima Juliane Ligier Da Cunhaconforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS,06 de fevereiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0013/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00003144-0 em que constam como investigado Silvanei Antonio De Matose vítima Vanessa Cristina Slompconforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS,06 de fevereiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA  
Promotor de Justiça

---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**AQUIDAUANA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0002899-19.2018.8.12.0005, em que constam como investigado Ruan Ayala Sobrinho, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 06 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento dos Autos SAJ/MP nº 08.2023.00216096-3, em que constam como investigada Ana Paula da Silva Ferreira, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 06 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENEZHINI GIRELLI  
Promotor de Justiça



**CAARAPÓ****EDITAL N° 0001/2024/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1730, Vila Planalto, em Caarapó-MS. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida junto à 1ª Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000460-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: AGEPEN- Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Caarapó.

Assunto: Concentrar os dados relativos às visitas e/ou inspeções mensais, trimestrais e anual ao Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Caarapó, relativas ao ano de 2024, verificar e corrigir eventuais irregularidades constatadas.

Caarapó/MS, 06 de fevereiro de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça

**COSTA RICA****EDITAL N. 0004/2024/02PJ/KCA.****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado Paulo Nunes Vieira da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos 0900163.15.2023.8.12.0009, em que consta como investigado Paulo Nunes Vieira e como vítima M. E. R. L., conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Costa Rica, 05 de fevereiro de 2024.

GUILHERME PEREIRA DINIZ PENNA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0005/2024/02PJ/KCA.****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado Luiz Carlos Sabino Junior da decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos 0900297.42.2023.8.12.0009, em que consta como investigado Luiz Carlos Sabino Junior e como vítima Danyele Mota de Souza Rodrigues, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Costa Rica, 05 de fevereiro de 2024.

GUILHERME PEREIRA DINIZ PENNA

Promotor de Justiça

**COXIM****EDITAL Nº 0001/2024/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça de Coxim, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 23/11/2023, entre o Ministério Público Estadual, por meio e sua 1ª Promotoria de Justiça de Coxim e o Município de Coxim, representado pelo Prefeito Municipal Edilson Magro, referente à instituição e regularização do sistema de controladoria interna e da Procuradoria-Geral do Município de Coxim, no bojo dos Procedimentos Administrativos nº 09.2023.00000626-9 e 09.2023.00000971-1, a disposição para consulta na Avenida Marcio Lima Nantes, 105, Vila São Salvador, Cep 79400-000, Coxim (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Coxim (MS), 26 de janeiro de 2024.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****0002/2023/01PJ/CXM**

Procedimentos Administrativos 09.2023.00000626-9 e 09.2023.00000971-1

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

**TÍTULO I - DAS PARTES**

**COMPROMITENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 1ª Promotoria de Justiça de Coxim, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

**COMPROMISSÁRIO(s):** MUNICÍPIO DE COXIM, pessoa jurídica de direito público, com endereço na rua 10 de Dezembro, nº 268, centro, representado pelo Prefeito Municipal Edilson Magro e pelo Procurador-Geral do Município Flávio Garcia da Silveira, doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*.

**TÍTULO II - DESCRIÇÃO**

**ATIVIDADE:** Instituição e regularização do sistema de controladoria interna (09.2023.00000626-9) e da Procuradoria-Geral do Município de Coxim (09.2023.00000971-1).

**TÍTULO III - OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O COMPROMISSÁRIO reconhece ser condição necessária para o cumprimento das normas legais: a) instituição de mecanismos que propiciem a proteção do patrimônio público e a otimização da utilização dos recursos públicos, para proporcionar maior tranquilidade aos gestores e resultados à sociedade; b) a instituição e estruturação legal, humana e material do Sistema de Controle Interno no âmbito do Município de Coxim (MS), nos termos dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal e 24, 75 e 82 da Constituição Estadual; c) a necessidade de prover os cargos de procurador municipal e conferir estruturação jurídica e material para o desempenho de suas atribuições; d) a estruturação legal, com atribuições inerentes ao cargo, humana e material da Procuradoria-Geral do Município, como condição necessária para promover a adequada tutela do erário, conforme acordo judicial homologado judicialmente nos autos da Ação Civil Pública 0900014-86.2018.8.12.0011 (f. 2564, item 9) e Termo de Ajustamento de Conduta 3/2020/01PJ/CXM (Inquérito Civil 06.2018.00001763-9); e) a simetria constitucional que estabelece a atribuição exclusiva da Procuradoria do Município de representar o Município, judicial e administrativamente, conforme arts. 29 e 132 da Constituição Federal.

**TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O COMPROMISSÁRIO se obriga, em relação ao Sistema de Controle Interno do Município de Coxim:

A) instituir e manter em funcionamento o Sistema de Controle Interno do Município de Coxim (MS), nos termos da justificativa e projeto de lei apresentado por ocasião da reunião realizada em 21.11.2023, no Procedimento Administrativo 09.2023.00000626-9 (f. 75-104), contendo definição das ações adotadas pelo sistema de controle interno, atribuições e criação de cargos efetivos para a carreira, até 30 de junho de 2024;

B) a estrutura organizacional conterà a Controladoria-Geral do Município (órgão central), subordinada ao Prefeito, e pelos órgãos de Direção Superior, vinculados diretamente à Controladoria-Geral, com competências



específicas e autonomia técnica, a saber: a Coordenação-Geral de Controle Interno, a Ouvidoria-Geral, a Corregedoria-Geral e a Coordenação-Geral de Transparência e Prevenção da Corrupção, sendo cada um deles compostos por no mínimo um servidor efetivos da carreira de auditor de controle interno, até 30 de junho de 2024;

C) lotar e nomear, mediante concurso público, os cargos referidos na alínea "A" e "B" da presente cláusula, até 30 de setembro de 2025;

D) instalar o sistema de controle interno da Controladoria-Geral do Município em espaço físico adequado, com salas e mobiliário e acesso a sistemas de informação e computadores necessário para o desempenho do trabalho, até 30 de junho de 2024.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** Em atendimento às obrigações de estruturação legal, humana e material da Procuradoria-Geral do Município, contida no acordo judicial homologado judicialmente nos autos da Ação Civil Pública 0900014-86.2018.8.12.0011 (f. 2564, item 9) e Termo de Ajustamento de Conduta 3/2020/01PJ/CXM (Inquérito Civil 06.2018.00001763-9), O COMPROMISSÁRIO se obriga, em relação Procuradoria-Geral do Município de Coxim:

A) instituir e manter instituída a carreira dos cargos efetivos de Procurador do Município de Coxim, com 5 (cinco) cargos, sendo dois deles (Procuradoria-Geral do Município e Procuradoria-Geral Adjunto do Município), funções comissionadas dentre os efetivos, até 30 de junho de 2024;

B) fica definido que a nomeação do Procuradoria-Geral do Município, exclusivamente, dentre pessoas de fora da carreira somente poderá ocorrer em caráter excepcional, devidamente justificada; nesta hipótese, o Procuradoria-Geral do Município exercerá exclusivamente atividades administrativas e gerenciais, e não relacionadas à atividade-fim de representar o município e comocionar pareceres;

C) lotar e nomear, mediante concurso público, os cargos referidos na alínea "A" da presente cláusula, até 30 de setembro de 2025;

D) instituir legalmente as atribuições e a carreira da Procuradoria do Município, atendendo o previsto nas alíneas anteriores, em ato único em conjunto com o sistema de controle interno previsto na cláusula segunda, com exclusividade para pareceres e consultoria jurídica e representar o Município judicial e administrativamente, além de outras atribuições próprias de procuradorias públicas, até 30 de junho de 2024;

E) ao instituir a carreira dos Procuradores de Município de Coxim (MS) referida na cláusula terceira, item "d", deste Termo, o cargo perceberá remuneração referida na Classe Referência Padrão de número XVII, tendo como inicial R\$ 10.417,83 e final R\$ 19.656,30 (Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 149/2016, de 13.07.2021), com 40 horas para os cargos, transformando-se os cargos atuais, se necessário;

F) instalar a Procuradoria-Geral do Município em espaço físico adequado para o desempenho de suas atribuições, com salas para os procuradores, mobiliário e acesso a sistemas de informação e equipamentos de informática necessários ao desempenho do trabalho, até 30 de junho de 2024.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O cumprimento das obrigações prevista nesta cláusula, extingue as multas pactuadas e que incidiram até a presente data em virtude do descumprimento da cláusula segunda, parágrafo único, do Termo de Ajustamento de Conduta 3/2020/01PJ/CXM (Inquérito Civil 06.2018.00001763-9).

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** As partes ratificam a vigência e validade do Termo de Ajustamento de Conduta 3/2020/01PJ/CXM (Inquérito Civil 06.2018.00001763-9).

**CLÁUSULA QUARTA.** O COMPROMISSÁRIO adotará as providências administrativas, orçamentárias e materiais, inclusive no tocante ao projeto de Lei, para o cumprimento das cláusulas segunda e terceira deste Termo em conjunto.

#### Título V - Das Sanções

**CLÁUSULA QUINTA.** O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta enseja a incidência automaticamente e independente de notificação ou de das *astreintes* fixadas judicialmente, da multa diária, por obrigação descumprida, de 1.000 (mil) UFERMS.

#### TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA SEXTA.** A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o(s) COMPROMISSÁRIO(s) ficará(ão) sujeito(s) ao pagamento das multas respectivas, que se reverterão para o Fundo Municipal Municipal do Idoso, ou a qualquer outro que venha a sucedê-lo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Não sendo efetuado o pagamento do valor da multa, incidirá correção monetária, mais juros de 1% ao mês, podendo o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, promover Ação de Execução de Obrigação por Quantia Certa.

**CLÁUSULA OITAVA.** O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar o manejo das providências jurídicas cabíveis, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a



propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis.

CLÁUSULA NONA. Para o atendimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, o COMPROMISSÁRIO deve adotar as providências administrativas necessárias com a antecedência suficiente, incluindo legislação, concurso público e orçamento.

CLÁUSULA DEZ. Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).

CLÁUSULA ONZE. Este Termo de Ajustamento de Conduta em tantas vias quantas forem as partes compromissárias e compromitentes, recebendo cada parte uma delas.

Coxim, 23 de novembro de 2023.

MICHEL MAESANO MANCUELHO  
Promotor de Justiça

MUNICÍPIO DE COXIM  
Prefeito Municipal  
Edilson Magro

Flávio Garcia da Silveira  
Procurador-Geral do Município de Coxim

*Testemunhas:*  
Gabriela Rodrigues Soares  
Controladora-Geral do Município de Coxim

Veronildes Batista dos Santos  
Secretária Municipal de Receita e Gestão do Município de Coxim

Jéssica dos Santos Fernandes  
Assessora Jurídica

## DOURADOS

### EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 5ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado José Amittai Btheresy da decisão de arquivamento do inquérito policial nº 0900437-97.2023.8.12.0002 (nº SAJ/MP 08.2023.00044500-6, em que constam como vítima Nalepa & Machado Ltda (proprietário Adenir Leandro Machado), conforme se transcreve: “Destarte, em que pese a conduta perpetrada pelo investigado enquadrar-se no tipo legal que descreve o delito de furto, a tipicidade do fato em questão deve ser afastada por força do princípio da insignificância supramencionado”.

5ª Promotoria de Justiça de Dourados, 05 de fevereiro de 2024.

CLAUDIO ROGÉRIO FERREIRA GOMES  
Promotor de Justiça

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 5ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>2</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Romário dos Santos Carvalho da decisão de arquivamento do inquérito policial nº 0900546-14.2023.8.12.0002 (nº SAJ/MP 08.2023.00055828-6), em que consta como vítima Aldenir Leandro Machado, conforme se transcreve: “Destarte, em que pese a conduta perpetrada pelo indiciado enquadrar-se no tipo legal que descreve o delito de furto, a tipicidade do fato em questão deve ser afastada por força do princípio de insignificância supramencionado”.

5ª Promotoria de Justiça de Dourados, 01 de fevereiro de 2024.

CLAUDIO ROGÉRIO FERREIRA GOMES

Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 7ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos autos nº 08.2016.00088560-6, em que constam como investigado Denio Hermes dos Santos<sup>4</sup> e vítima Jorge Antonio Gabriel Iasbek, conforme se transcreve: “[...] verifica-se que o prazo prescricional teve início em 15/09/2014 (data do fato) e até a presente data já transcorreram mais de nove anos sem que tenha sido oferecida denúncia. Pelo exposto, o Ministério Público considera que deve ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva, extinguindo-se a punibilidade de Denio Hermes dos Santos, conforme previsto no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, com o consequente arquivamento do inquérito policial”.

Dourados, 05 de fevereiro de 2024.

EDUARDO FONTICIELHA DE ROSE

Promotor de Justiça

NAVIRAÍ

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0003341-39.2020.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2020.00184019-3, em que consta como investigado Robson Oliveira e vítima(s) Luana Poderoso Gonçalves e Juliana Poderoso Gonçalves, conforme se transcreve: “*Ante todo o exposto, e considerando a falta de elementos mínimos quanto à autoria e materialidade delitivas, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO dos presentes autos de Inquérito Policial em relação aos investigados DAEL LANES DE OLIVEIRA e ROBSON DE OLIVEIRA, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal, no caso de surgirem novas provas*”.

Naviraí, 29 de janeiro de 2024.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça

<sup>2</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>3</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>4</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

<sup>5</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



PEDRO GOMES

---

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000336-71.2023.8.12.0039, em que consta como investigado A apurar conforme se transcreve: "Assim, tendo em vista a ausência de substrato mínimo que amparasse a deflagração da *persecutio in judicio*, afigura-se impositivo o arquivamento do Inquérito Policial. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial".

Pedro Gomes/MS, 02 de fevereiro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça em Substituição Legal

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000142-71.2023.8.12.0039, em que consta como investigado A apurar, conforme se transcreve: "Assim, tendo em vista a ausência de substrato mínimo que amparasse a deflagração da *persecutio in judicio*, afigura-se impositivo o arquivamento do Inquérito Policial. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial".

Pedro Gomes/MS, 02 de fevereiro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça em Substituição Legal

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, da Resolução Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000370-17.2021.8.12.0039, em que consta como investigado A apurar conforme se transcreve: "Entrementes, da análise acurada dos autos, infere-se que os elementos colhidos durante a investigação se revelam insuficientes para embasar eventual deflagração da *persecutio in judicio*, notadamente porquanto não identificada a autoria delitiva. (...) Ante o exposto, à luz dos argumentos esposados alhures, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul decide pelo ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial".

Pedro Gomes/MS, 02 de fevereiro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça em Substituição Legal





PONTA PORÃ

EDITAL 0001/2024

NOTÍCIA DE FATO n 01.2024.00000830-5  
ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.  
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº. 0001/2024, referentes aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 05 de fevereiro de 2024.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE  
Promotora de Justiça  
Supervisão

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0001/2024

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Ponta Porã-MS		PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS	
Órgão / Setor 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe-200- Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações; Classe-200- Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão Classe-200- Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional, para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei Classe-100-Relação de remessa de documentos ; (cópias); Classe-200-Procedimento investigatório criminal (PIC): instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e inquisitorial, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, tendo como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de natureza pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal Classe-200-Inquérito civil/procedimento preparatório: portaria de instauração; portaria de reabertura; decisão de	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.	2003	2016



<p>indeferimento de instauração; promoção de arquivamento; recomendação</p> <p>Classe-200-Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, <i>caput</i>, e 129, II e III);</p> <p>Classe-000.060.061.061.1-Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo</p>			
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo</p> <p>Data do preenchimento:</p>			

RIO BRILHANTE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>6</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900081-48.2023.8.12.0020, em que constam como investigado(a/s) Maria Ângela Ferreira Espinosa<sup>7</sup> e vítima(s) Antônio Vizinfard, conforme se transcreve: “Diante do exposto, por não vislumbrar a existência de elementos mínimos para o oferecimento da denúncia, o Ministério Público requer seja arquivado o presente inquérito policial, ressaltando-se as hipóteses constantes do art. 18 do Código de Processo Penal”.

Rio Brilhante/MS, 05 de fevereiro de 2024.

JORGE FERREIRA NETO JÚNIOR  
Promotor de Justiça,  
em substituição legal.

<sup>6</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>7</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**RIO VERDE DE MATO GROSSO****EDITAL N° 0002/2024/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhicolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000934-4

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Idalencia Alves Andrade

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 6,63 hectares em área declarada como Reserva Legal Proposta, Área de Uso Restrito para declividade de 25 a 45 graus e Área de Preservação Permanente, na Fazenda Sorriso, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº n. 376/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 05 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0003/2024/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhicolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000884-5

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Antônio César Negrisoli

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 10,5 hectares, 1,1 hectares e 1,69 hectares entre os anos de 2015 a 2018, na Fazenda Serra Dourada e Fazenda Campina da Invernada, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização do órgão competente, conforme o Auto de Infração n.º 01247/2023 e Laudo de Constatação n.º 015878/2023 (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-IMASUL).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 05 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0004/2024/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhicolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001353-7

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Metropolitam Participações em Sociedade Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 89,8860 hectares de remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Paraíso do Coxim, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012862/2023 - IMASUL.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 05 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça